



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Instituto de Ciências Sociais

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 20 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: - secretaria@incis.ufu.br



### PLANO DE ENSINO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Observatório de Ciência Política					
Unidade Ofertante:	Instituto de Ciências Sociais					
Código:	INCIS31304	Período/Série:	3o.	Turma:		
Carga Horária:				Natureza:		
Teórica:	60	Prática:	0	Total:	60	Obrigatória (X)
Professor(A):	Edilson José Graciolli				Ano/Semestre:	2022/1
Observações:						

#### 2. EMENTA

Instituições estatais: estudos sobre Legislativos, Executivos e burocracias estatais. Formação política: partidos, sindicatos e movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Políticas públicas.

#### 3. JUSTIFICATIVA

O processo de formação de estudantes universitários inclui também a formação para o trabalho. Para o caso do bacharelado em Ciências Sociais, na subárea de Ciência Política, é fundamental que o curso possibilite uma aproximação entre estudante e o ofício, conhecendo a sua natureza, seus condicionantes, seus desafios, bem como as potencialidades da sua intervenção na realidade.

#### 4. OBJETIVO

##### Objetivo Geral:

Ampliar a percepção e a experiência do graduando quanto a possibilidades de temas, horizonte de atuação profissional do cientista político junto a instituições do Estado, partidos políticos, sindicatos, movimentos e demais entidades da sociedade civil

##### Objetivos Específicos:

1. Possibilitar aos estudantes contatos com as correntes teóricas e a realização de estudos sobre os Poderes do Estado Brasileiro e seu corpo burocrático-administrativo
2. Ensejar aos estudantes conhecimento das possibilidades de atuação em formação política, assessoria e consultoria do cientista político em atividades com partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil.
3. Garantir aos estudantes acesso às ferramentas contemporâneas de análise e avaliação de políticas públicas.
4. Pretende-se ainda proporcionar ao estudante o contato com a pesquisa, o ensino e a extensão que se associem a temáticas e debates caros à Ciência Política.

#### 5. PROGRAMA

1. O (a) profissional de Ciência Política no Poder Executivo.
2. O (a) profissional de Ciência Política no Poder Legislativo.

3. O (a) profissional de Ciência Política nos Movimentos Sociais.
4. O (a) profissional de Ciência Política nos Sindicatos.
5. O (a) profissional de Ciência Política nos Partidos Políticos.
6. O (a) profissional de Ciência Política nas ONGs.
7. O (a) profissional de Ciência Política no Mercado Financeiro ou em Institutos de Pesquisa.

## 6. **METODOLOGIA**

A disciplina será ministrada na forma de aulas expositivas, debates em sala de aula, leitura e discussão dos textos ofertados, além de trabalhos de campo. As aulas, os trabalhos de campo, o plano de ensino, os textos e roteiros estarão disponíveis na plataforma Teams, em equipe a ser criada.

## 7. **AVALIAÇÃO**

Participação nos trabalhos de campo (valor 30 pontos – elaboração e realização das perguntas, interação com entrevistado, etc.).

Análise de conjuntura (30 pontos).

Plano de Trabalho (valor 40 pontos).

Em atendimento às normas institucionais, para os estudantes que atenderem aos critérios necessários será realizada uma avaliação de recuperação (100 pontos).

## 8. **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

1. CRUZ, S. C. V. Teoria e método na análise de conjuntura. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 72, p. 145–152, 2000.
2. LIMONGI, F. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos estudos CEBRAP*, n. 76, p. 17–41, 2006.
3. ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: ENAP, 2018. p. 23–58.
4. SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: *Políticas públicas*. 1ª ed. Brasília: ENAP, 2006. v. 1p. 21–42.
5. SECCHI, Leonardo. *Análise de Políticas Públicas: diagnósticos de problemas*. São Paulo: Cengage Learning, 2016, p. 180-215.
6. COSTA, F. L. DA; C.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *RAP Rio de Janeiro*, v. 37, n. 5, p. 969–92, 2003.
7. NICOLAU, J. C. M. A Representação Política e a Questão da Desproporcionalidade no Brasil. *Novos Estudos*, v. 2, n. 33, p. 222–235, 1992.
8. SPECK, B. W.; BRAGA, M. DO S. S.; COSTA, V. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, p. 125–148, 2015.
9. GALVÃO, A. Reforma Trabalhista: efeitos e perspectivas para os sindicatos. In: *Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidades*. Campinas: Nimuendajú, 2019. p. 199–223.
10. MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2002. P. 257-280.
11. GOHN, M. DA G. M. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educacional*, v. 16, n. 47, p. 125–146, 2016.

### **Complementar**

12. ARCARY, V. O que é uma análise de conjuntura? Revista Fórum, 6 nov. 2018. Disponível em: . Acesso em: 19 fev. 2020.
13. RICO, E. M. (Org.). Avaliação de políticas públicas: uma questão em debate. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
14. KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. Tempo social, v. 30, n. 1, p. 77–104, 2018.
15. NICOLAU, J. Representantes de quem?: Os (des) caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. caps. 6 e 7.
16. PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). Lua Nova, n. 100, p. 119–155, 2017.

9. **PLANO DE AULAS**

9.1. Será apresentado à turma na primeira aula do semestre, comportando ajustes em função da interação que se der entre professor e estudantes.

10. **APROVAÇÃO**

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Coordenação do Curso de Graduação: \_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Edilson José Gracioli, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/09/2022, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3901350** e o código CRC **41D52CFB**.